



=1=
ORIGINAL

MUNICÍPIO DE VILA DE REI

----- N.º 14/2016 – CONTRATO ESCRITO PARA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DA METODOLOGIA DE DEDUÇÃO DO IVA DO MUNICÍPIO DE VILA DE REI” - (AJUSTE DIRECTO) -----

----- Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Rei, Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Teresa de Lurdes Isabel Conde, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Vila de Rei, na qualidade de seu oficial público, nos termos do n.º 4 do artigo 137.º do Código Administrativo e despacho do Senhor. Presidente da Câmara, datado de 18.10.2013, a fim de reduzir o presente contrato a escrito, os seguintes outorgantes: -----

----- **PRIMEIRO: RICARDO JORGE MARTINS AIRES**, casado, natural de Coimbra e residente em Urbanização Vale Galego freguesia e concelho de Vila de Rei, na qualidade de Presidente da Câmara, em representação do Município de Vila de Rei, pessoa coletiva número 506932273 e em nome do mesmo outorgando com poderes para o ato, nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que revogou a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro. -----

----- **SEGUNDO: ALEXANDRA DA FELICIDADE MACHADO COELHO MARTINS**, com domicílio profissional no Edifício Monumental, Av.ª Praia da Vitória, 71-A, 11.º - Lisboa, portadora do Cartão de Cidadão com o número ID CIVIL 08144221 1 ZZ8 e NIF N.º 1258842031, válido até 22-03-2020, que outorga na qualidade de mandatária e em representação, da sociedade anónima **KPMG & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.**, com sede no Edifício Monumental, Av.ª Praia da Vitória, 71-A, 11.º em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 2ª secção, sob o NIPC N.º 502 161 078, com o capital social de 3.961.000,00 Euros, poderes que foram conferidos pela procuração datada de vinte e cinco de março de dois mil e

nove, certificada em 14 de abril de 2014 e pela certidão permanente subscrita em 20-08-2015 e válida até 20-08-2016, documentos de que se arquivam cópias, em anexo ao presente contrato.

----- E pelo Primeiro Outorgante, na qualidade de representante e em nome do Município de Vila de Rei, foi dito: -----

----- a) Que a Câmara Municipal de Vila de Rei, sua representada, pelo seu despacho de 16/05/2016, aposto na Informação N° 294, de 13/05/2016, decidiu adjudicar à representada do Segundo Outorgante, a sociedade anónima **KPMG & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA** a “**Prestação de Serviços de Revisão da Metodologia de Dedução do IVA do Município de Vila de Rei**”; -----

----- b) A aprovação da minuta do contrato ocorreu na mesma data do despacho referido na alínea anterior; -----

----- c) O encargo resultante do presente contrato tem cabimento no orçamento em vigor e encontra-se previsto para o ano de dois mil e dezasseis, pela dotação orçamental com a classificação económica “0102/02022599” - 0102 Câmara Municipal; 02 – Aquisição de Bens e Serviços; 0202 – Aquisição de Serviços; 020225 – Outros Serviços; - 02022599 – Outros; ---

----- **Cláusula Primeira – Objeto** – O presente contrato tem por objeto, pela representada do Segundo Outorgante o “**Prestação de Serviços de Revisão da Metodologia de Dedução do IVA do Município de Vila de Rei**”; -----

----- **Cláusula Segunda – Preço contratual** – 1- Pela Prestação de Serviço objeto do presente contrato, a representada do Primeiro Outorgante obriga-se a pagar à representada do Segundo Outorgante até ao valor ao máximo de **€ 35.000,00 (trinta e cinco mil euros)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor; -----

----- 2- O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado nos termos da Cláusula 13 .ª do Caderno de Encargos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. ----

----- **Cláusula Terceira – Prazo de Execução** – A representada do Segundo Outorgante



=2=
ORIGINAL

MUNICÍPIO DE VILA DE REI

obriga-se a executar a prestação de serviços objeto do presente contrato no prazo de 60 (sessenta) dias, em conformidade com o disposto na cláusula 7ª do Caderno de Encargos; -----

----- **Cláusula Quarta – Penalidades** – No caso de incumprimento dos prazos fixados no presente contrato e por causa imputável ao Segundo Outorgante, poderá ser aplicada uma penalidade, de acordo com o estabelecido na cláusula 14.ª do Caderno de Encargos; -----

----- **Cláusula Quinta – Resolução de litígios – foro competente** – Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro; -----

----- **Cláusula Sexta – Comunicações e Notificações - 1-** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma das representadas pelos outorgantes; -----

----- **2-** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte; -----

----- **Cláusula Sétima – Contagem dos prazos** – Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados. -----

----- **Cláusula Oitava** – As cláusulas mencionadas na proposta pelo concorrente também são contempladas no presente contrato. -----

----- Fazem parte integrante do presente contrato todos os documentos previstos no nº 2 do artigo 96º do CCP. -----

----- Nos casos omissos no presente contrato ou nos documentos a ele anexos, observar-se-ão os diplomas legais em vigor, designadamente o Código dos Contratos Públicos. -----

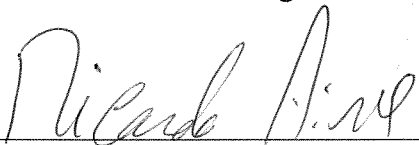
----- O presente contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das representadas pelos Outorgantes, o mesmo foi lido, em voz alta e na presença simultânea de ambos, tendo os mesmos ficado cientes do seu conteúdo. -----

----- Pelo Segundo Outorgante foi dito: -----

----- Que aceita e se obriga a cumprir este contrato com todas as cláusulas e obrigações. --

----- Após o adjudicatário ter feito prova através de certidões de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições perante a Segurança Social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. ---

O Primeiro Outorgante



O Segundo Outorgante

